

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DEMATERIAL ESPORTIVO E DE LAZER para atender as necessidades dos alunos da Rede Municipal de Ensino, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e inciso I do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal
1.4	Período:	01 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço unitário por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

1.6 Aquisição material esportivo e de lazer para atender as necessidades dos alunos da Rede Municipal de Ensino, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
COTA EXCLUSIVA					
01	235512	BOLA DE BASQUETE ADULTO , tamanho masculino matrizada, confeccionada em borracha e microfibra. Tamanho: de 75 a 78cm de diâmetro e 530 a 610g de peso. (Equivalente: <i>Molten BG3800, Tarmak BT500, Spalding TF500</i> , etc.)		UND	99
02	480257	BOLA DE FUTEBOLDE CAMPO , com revestimento de PU ou TPU, costurada, com		UND	114

		circunferência mínima de 67cm a 73cm e peso de aproximadamente 400g, matrizada com 12 gomos. (Equivalente: <i>Topper Slick, Penalty Bravo, PenaltyFuria</i> , etc.)			
03	450262	BOLA DE INICIAÇÃO , tamanho n.º 10, para recreação, confeccionada em borracha. (Equivalente: <i>Vollo, Penalty, Kagiva</i> , etc.)		UND	1.096
04	464733	BOLA DE TÊNIS DE MESA (pingpong), confeccionada em PE ou ABS, peso aproximado de 3g, tamanho padrão de 4cm.		UND	2.008
05	471994	BOMBA DE AR PARA ENCHER BOLAS , tamanho padrão, confeccionada em plástico, polipropileno ou metal, com mangueira e agulha de metal rosqueável.		UND	253
06	464824	COLETE ESPORTIVO reforçado, com costuras e acabamento nas laterais e no pescoço, tamanho único "G"; material: 100% poliéster; medidas aproximadas: mínimo de 65cm de altura x 40cm de largura, que expande devido aos elásticos laterais. OBS.: Serão ao todo 2.400 unidades de coletes que deverão ser entregues em <u>kits</u> , acondicionados em pacotes plásticos com 10 (dez) unidades, a fim de facilitar a distribuição para as Unidades. Os coletes deverão ser entregues em 04 cores, sendo: 60 kits de coletes <u>vermelhos</u> ; 60 kits de coletes <u>azuis</u> ; 60 kits de coletes <u>verdes</u> ; 60 kits de coletes <u>pretos</u> .		KIT	240
07	464863	CONE ESPORTIVO ; material: plástico flexível;		UND	2.165

		tamanho: no mínimo 23cm de altura, base de no mínimo 13cm de diâmetro. Confeccionado em cores vivas e variadas, para facilitar a visualização.			
08	464864	CONE ESPORTIVO DO TIPO “CHAPÉU CHINÊS”; material: plástico flexível ou polímero siliconado; no mínimo 4cm de altura. Confeccionado em cores vivas e variadas, para facilitar a visualização.		UND	2.165
09	452838	KIT DE TIME COMPLETO PARA FUTEBOL DE BOTÃO, contendo 10 botões, jogadores confeccionados em poliestireno, goleiro confeccionado em acrílico, bolinha de plástico modelo pastilha, e uma palheta de plástico. Diversas cores.		KIT	229
10	466187	PETECA PARA BADMINTON, confeccionada em nylon e com base de cortiça ou borracha. Modelo padrão.		UND	864
11	464878	RAQUETE DE BADMINTON, com estrutura confeccionada em liga de aço leve e empunhadura de madeira com revestimento sintético. Tamanho padrão aproximado de 2x65x20cm.		UND	726
12	238785	RAQUETE PARA TÊNIS DE MESA (ping-pong), confeccionada em madeira MDF, com tamanho padrão de aproximadamente 2,5x15x25, com borracha de 1 a 2mm de espessura dos dois lados e empunhadura clássica.		UND	726
13		TABELA DE BASQUETE COM ARO, nos padrões oficiais, confeccionada em		UND	10

	471991	compensado naval de, no mínimo, 2cm de espessura, com moldura e cantoneiras de metal, medidas de 1,20m x 1,80m, com aro confeccionado em material metálico com 46cm de diâmetro, de modo a seguir os padrões oficiais, e rede 100% polipropileno.			
14	604323	<p>MESA DE FUTEBOL DE BOTÃO, confeccionada com tampo de MDF ou MDP com espessura entre 15 e 20mm, comprimento entre 1,84 a 1,87m, aproximadamente 1,20m de largura e altura entre 0,73 a 0,80m.</p> <p>Acabamento lateral em perfil de plástico para proteção dos botões, tampo revestido em tonalidade verde com a marcação do futebol em linhas brancas, pés articulados em madeira maciça ou estrutura metálica.</p> <p>Produto MONTADO e EMBALADO individualmente em plástico transparente e/ou papelão.</p>		UND	70
COTA RESERVADA					
15	403733	BOLA DE FUTSAL , confeccionada em PU, com peso aproximado de 400g; tamanho: entre 60 e 65cm de circunferência. (Equivalente: <i>Penalty RX, Topper Futsal 500, etc.</i>)		UND	201
16	450233	BOLA DE HANDEBOL H2 , confeccionada em poliuretano, com sistema anti derrapante, costurada a mão, com circunferência mínima de 54cm e peso de, no mínimo, 325g a 375g, matrizada com 32 gomos. (Equivalente: <i>PenaltySuecia, Kempa Spectrum, Mikasa</i>		UND	201

		HB3000, etc.)			
17	403837	BOLA DE VÔLEI DE QUADRA , confeccionada em microfibra, com circunferência mínima de 64cm a 67cm e peso médio de 260g a 280g, forro termofixo, matrizada com 16 ou 18 gomos. (Equivalente: <i>Penalty VP5000, Mikasa V200W</i> , etc.)		UND	200
18	410879	REDE DE VÔLEI , nas medidas e padrões oficiais, com 4 faixas sintéticas, fio 5, confeccionada em polietileno com tratamento ultravioleta contra ações do tempo, malha 12 ou 14, com dimensões aproximadas de 9,50m de comprimento por 1m de altura.		UND	17
19	602862	MESA DE PEBOLIM , confeccionada em madeira maciça com pintura envernizada em cor escura, com bonecos de metal e varões embutidos. Medidas aproximadas de 1,40m x 1m x 0,90m. Deverá acompanhar, no mínimo, duas bolinhas específicas para o jogo. Produto MONTADO e EMBALADO individualmente em plástico transparente e/ou papelão.		UND	17
20	471988	MESA DE TÊNIS DE MESA (ping-pong). Confeccionada em MDF ou MDP de aproximadamente 25mm de espessura, nas medidas oficiais da CBTM aprovadas pela ITTF (2,74m de comprimento; 1,52cm de largura e 76cm de altura), com acabamento em primer de cor escura (azul, preto, cinza, etc.) com linhas demarcatórias brancas, com		UND	17

		<p>pés dobráveis de aço ou madeira maciça (ou material diverso que confira melhor resistência e durabilidade).</p> <p>O item deverá acompanhar kit de rede de nylon ou algodão nas medidas oficiais, com barbantes para ajuste da tensão, com suportes de ferro e fixação com presilhas do tipo “jacaré” ou rosqueáveis, compatíveis com as dimensões da mesa.</p> <p>Produto MONTADO e EMBALADO individualmente em plástico transparente e/ou papelão.</p>			
COTA PRINCIPAL					
21	403733	<p>BOLA DE FUTSAL, confeccionada em PU, com peso aproximado de 400g; tamanho: entre 60 e 65cm de circunferência. (Equivalente: <i>Penalty RX, Topper Futsal 500</i>, etc.)</p>		UND	606
22	450233	<p>BOLA DE HANDEBOL H2, confeccionada em poliuretano, com sistema anti derrapante, costurada a mão, com circunferência mínima de 54cm e peso de, no mínimo, 325g a 375g, matrizada com 32 gomos. (Equivalente: <i>PenaltySuecia, Kempa Spectrum, Mikasa HB3000</i>, etc.)</p>		UND	606
23	403837	<p>BOLA DE VÔLEI DE QUADRA, confeccionada em microfibra, com circunferência mínima de 64cm a 67cm e peso médio de 260g a 280g, forro termofixo, matrizada com 16 ou 18 gomos. (Equivalente: <i>Penalty VP5000, Mikasa V200W</i>, etc.)</p>		UND	601
24		REDE DE VÔLEI , nas medidas e padrões		UND	53

	410879	oficiais, com 4 faixas sintéticas, fio 5, confeccionada em polietileno com tratamento ultravioleta contra ações do tempo, malha 12 ou 14, com dimensões aproximadas de 9,50m de comprimento por 1m de altura.			
25	602862	MESA DE PEBOLIM , confeccionada em madeira maciça com pintura envernizada em cor escura, com bonecos de metal e varões embutidos. Medidas aproximadas de 1,40m x 1m x 0,90m. Deverá acompanhar, no mínimo, duas bolinhas específicas para o jogo. Produto MONTADO e EMBALADO individualmente em plástico transparente e/ou papelão.		UND	53
26	471988	MESA DE TÊNIS DE MESA (ping-pong). Confeccionada em MDF ou MDP de aproximadamente 25mm de espessura, nas medidas oficiais da CBTM aprovadas pela ITTF (2,74m de comprimento; 1,52cm de largura e 76cm de altura), com acabamento em primer de cor escura (azul, preto, cinza, etc.) com linhas demarcatórias brancas, com pés dobráveis de aço ou madeira maciça (ou material diverso que confira melhor resistência e durabilidade). O item deverá acompanhar kit de rede de nylon ou algodão nas medidas oficiais, com barbantes para ajuste da tensão, com suportes de ferro e fixação com presilhas do tipo “jacaré” ou rosqueáveis, compatíveis		UND	53

		com as dimensões da mesa. Produto MONTADO e EMBALADO individualmente em plástico transparente e/ou papelão.			
--	--	---	--	--	--

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 33.020/2023.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.10 Todas as especificações técnicas e configurações constantes no presente Termo de Referência serão decorrentes de Atas de Registro de Preços e terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas nos termos do capítulo V da lei 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, mas diante da necessidade da **AQUISIÇÃO DEMATERIAL ESPORTIVO E DE LAZER** e com a finalidade disponibilizar aos alunos da Rede Municipal de Ensino instrumentos para a promoção de uma educação de qualidade, tendo em vista que o esporte e a recreação nos ambientes escolares colaboram para aumentar o bem-estar, melhorar a autoestima, ter resiliência e persistência. Já no aspecto cognitivo, auxiliam muito no desempenho escolar, pois contribuem para melhorar o foco, memória, raciocínio e muito mais.

2.2 A prática de atividade física e da recreação fazem parte do desenvolvimento global dos alunos, que integram todas as dimensões do ser humano: intelectual, física, mental, social e cultural. Desse modo, além dos aspectos acadêmicos, é preciso expandir na escola a capacidade de o aluno de lidar com o próprio corpo e promover o bem-estar. Assim, promovendo a saúde e a socialização.

2.3 Na Educação Física do Ensino Fundamental, devemos considerar como competências específicas: experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo.

2.4 Na Educação Infantil, o brincar no cotidiano das práticas educativas, tem como horizonte as crianças que frequentam a Creche e a Pré-Escola e ele é apresentado como uma questão importante

por ser o caminho natural do desenvolvimento humano, tendo a atividade lúdica ser essencial na vida da criança. A brincadeira é uma forma privilegiada de aprendizagem, que acredita no lúdico e aposta nas suas possibilidades de interação, de descoberta e de encontro consigo mesmo e com os outros. A educação infantil, assim, tem papel essencialmente formador, constituindo-se em espaços de socialização, propiciando o contato com adultos e crianças de várias origens socioculturais, costumes, hábitos e valores.

2.5 Cumpre salientar que, o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabeleceu à doutrina da Proteção Integral, devendo ser garantida a prioridade na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Destacamos ainda, que os Artigos 205 e 206, ambos da Constituição da República do Brasil que impõem a garantia do pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes de ensino padrão de qualidade.

2.6 Não há como falar em educação de qualidade sem mencionar meios que tenham a intenção de melhorar, com a finalidade de ajudar os profissionais da Educação no desempenho de suas funções e dar aos alunos condições de frequentar uma Unidade Escolar com as mínimas condições de infraestrutura em cumprimento aos ditames e princípios.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 Com o objetivo da escolha da melhor solução para atender às Unidades Escolares Municipais com a futura aquisição de **MATERIAL ESPORTIVO E DE LAZER**, disponibilizando aos alunos da Rede Municipal de Ensino instrumentos para a promoção de uma educação de qualidade, tendo em vista que o esporte e a recreação nos ambientes escolares colaboram para aumentar o bem-estar, melhorar a autoestima, ter resiliência e persistência. Já no aspecto cognitivo, auxiliam muito no desempenho escolar, pois contribuem para melhorar o foco, memória, raciocínio e muito mais.

Tendo em vista que a última aquisição de foi realizada no ano de 2022, pelo processo nº 16.360/2022, de forma excepcional, para atender algumas unidades com apenas 04 (quatro) itens, a Secretaria Municipal de Educação optou por abrir um novo certame licitatório para aquisição de 20 (vinte) itens e a solução mais viável econômica, técnica e ambientalmente escolhida foi a contratação por Pregão Eletrônico via Sistema Registro de Preços, nos termos da Lei 14.133/2021.

Esse Sistema é uma ferramenta que simplifica e otimiza os processos de licitação para a Administração Pública e assim, alcançando a economicidade e melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros para atender às necessidades das Unidades Escolares, pelo período de 01 (um) ano. O tipo de julgamento será o menor preço unitário por item, junto aos fornecedores no

mercado local, regional e nacional e entre as várias vantagens, podemos citar o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, o aumento na eficiência administrativa, a redução do número de licitações redundantes, a rapidez na contratação e total liberdade para da Administração Pública que pode ou não efetuar a aquisição.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.1.1.2 E também os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.1.3 A empresa vencedora, deverá realizar a entrega do produto, substituir os que estiverem em inconformidade com o requisitado, sem ônus para Administração, em prazo especificado neste Termo de Referência;

4.1.4 As solicitações deverão ser atendidas nos prazos estipulados;

4.1.5 O fornecimento dos materiais descritos deverá ser com rapidez e eficiência;

4.1.6 Não poderá haver subcontratação ou transferência a outrem, no todo ou em parte, do objeto da aquisição definida neste Termo de Referência;

4.1.7 O objeto deverá ser cumprido estritamente de acordo com as normas que regulamentam a contratação;

4.1.8 Todos os itens devem estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO;

4.1.9 Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do artigo 96 da Lei 14.133/2021;

4.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.2.1 Na presente contratação será admitida a indicação de algumas marcas, características ou modelos, como referência ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo “ou equivalente”, “ou similar”, “ou de melhor qualidade”, podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.” Acórdão 808/2019- Plenário, TCU.

4.3 Da exigência de amostra:

4.3.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar **amostra por catálogo**. Que terá data/horário de sua apresentação divulgados por mensagem no sistema.

*Para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E DE LAZER** deve-se observar que os materiais deverão ser de 1ª qualidade, oriundos de fontes renováveis/sustentáveis e que não agredam o meio ambiente e os usuários desses materiais, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar **amostras por catálogo** e seus respectivos certificados para comprovar a qualidade do material licitado.*

- a. Antes da adjudicação, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar **amostras por catálogo** dos itens para análise da qualidade para análise de aspecto visual, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade e descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante;
- b. As amostras por catálogo serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pelo Coordenador da Secretaria Municipal de Educação;
- c. As amostras, por catálogo, deverão ser encaminhadas no final do certame no período a ser indicado pela Comissão de Licitação e deve conter informações quanto às características (fabricante, certificado, data de fabricação e/ou validade, composição, peso, tamanho, circunferência etc.);
- d. A área técnica comunicará ao Pregoeiro se as amostras por catálogo foram aprovadas ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

4.3.2 É facultada prorrogação o prazo estabelecido pela Comissão de Licitação, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.3.3 No caso de não haver apresentação de amostra por catálogo ou ocorrer atraso na apresentação deste, sem justificativa aceita, ou havendo entrega dessa amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.3.4 Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, análise da qualidade, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade e descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante.

4.3.5 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.6 Se a(s) amostra(s) por catálogo apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3.7 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, caso necessário, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega dos itens é de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de fornecimento ou documento equivalente.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço:

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RUA HERCULANO GOMES DA SILVA, Nº 201
CÓRREGO D’ANTAS - NOVA FRIBURGO - RJ

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.9 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.9.1 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.9.1.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9.1.2 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9.1.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9.1.4 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9.1.5 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9.1.6 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9.1.7 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.9.1.8 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.9.1.9 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.9.1.10 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.11 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em **NOME** do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, **CNPJ** 28.606.630/0001-23, **ENDEREÇO:** AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

7.2 Todos os materiais deverão ser entregues no ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO localizado à RUA HERCULANO GOMES DA SILVA, Nº 201 - CÔRREGO D'ANTAS - NOVA FRIBURGO – RJ.

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução

Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento nos termos do artigo 17, § 2º; artigo 28, inciso I; artigo 33, inciso I e artigo 78, inciso IV da Lei 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)



8.2.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.5 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.10 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.10.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.11 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem



como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

8.13 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

8.14 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.15 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.16 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a)** atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b)** ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c)** responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d)** reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;



- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;



- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 - fraudar a licitação

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



- 10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.2.2 - advertência;
 - 10.2.3 - multa;
 - 10.2.4 - impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.5 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.3.2 - a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.3 - as peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.4 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.5 - os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.3.6 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 10.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato lícitado.
 - 10.4.3 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 , 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato lícitado
- 10.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO:	CÓDIGO DA DESPESA:	FONTE:
22002.1236100572.146	339030-03	150010010000
22003.1236500672.165		155000000000
22004.1236500762.182		

PROGRAMA DE TRABALHO:	CÓDIGO DA DESPESA:	FONTE:
22002.1236100572.146	44.90.52-08	155000000000
22003.1236500672.165		

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 29 de janeiro de 2024.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> José Tadeu Costa Matrícula: 0834	<hr/> Miguel Ângelo Bueno Fernandes Matrícula: 116.275

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo

O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 990.953